



PERDAS E COMPENSAÇÕES

STF suspende análise de ICMS sobre subvenção por tarifa social de energia elétrica

José Higídio

15 de janeiro de 2026, 10h31

Tributário

Um pedido de vista do ministro Flávio Dino interrompeu, na última terça-feira (13/1), o julgamento em que o Plenário do Supremo Tribunal Federal discute se o valor da subvenção econômica a consumidores de baixa renda deve ser incluído na base de cálculo do ICMS sobre a energia elétrica.

Com isso, a análise foi suspensa. O fim da sessão virtual estava previsto para o dia 6 de fevereiro. O caso tem repercussão geral, ou seja, a tese estabelecida servirá para casos semelhantes nas demais instâncias do Judiciário.

Antes da interrupção, apenas o relator, ministro Cristiano Zanin, havia votado. Ele se posicionou contra a cobrança de ICMS sobre a subvenção econômica voltada à tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda. Segundo o magistrado, os valores repassados pela União às concessionárias não integram a base de cálculo do imposto.

Contexto

Consumidores de baixa renda pagam um valor menor nas faturas de energia elétrica, por meio de um subsídio conhecido como tarifa social. A subvenção econômica, prevista na [Lei 10.604/2002](#), é o valor pago pelo governo federal às concessionárias de energia para compensar a perda de arrecadação causada por esse desconto concedido às pessoas pobres.

Freepik



Indústria contesta decisão do STJ que incluiu subvenção na base de cálculo do ICMS paulista

APOIO



A cada mês, a União repassa às concessionárias a diferença entre o que ela teria recebido sem o desconto e o que efetivamente recebeu dos consumidores de baixa renda. A ideia é manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo.

O caso chegou ao STF depois que o Superior Tribunal de Justiça considerou legítima a inclusão do valor da subvenção na base de cálculo do ICMS em São Paulo. Para o STJ, a subvenção integra o preço final da tarifa de energia — e o tributo deve ser pago sobre o valor total da operação.

O Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo (Siesp) acionou o Supremo e argumentou que o governo paulista interferiu em uma política pública da União.

Ainda de acordo com o sindicato, a subvenção representa uma indenização pelas perdas de arrecadação sofridas e, por isso, não poderia ser incluída na base de cálculo do imposto. Outro argumento do Siesp é que o fato gerador do ICMS acontece no momento da saída da mercadoria, enquanto a subvenção é paga depois da entrega da energia.

Voto do relator

Zanin explicou que a subvenção “não representa preço, tarifa, nem receita própria da operação mercantil” entre a concessionária e o consumidor — ou seja, não é um “elemento integrante do negócio jurídico de fornecimento de energia elétrica”, embora seja um desdobramento regulatório.

Na verdade, a subvenção é uma receita “alheia à operação de circulação de mercadoria”. A concessionária não recebe o valor como contraprestação pelo consumo de energia, mas como recomposição do equilíbrio financeiro do contrato de concessão com a União diante da política pública implementada em favor dos consumidores de baixa renda.

As concessionárias também não podem renunciar à subvenção. A tarifa social é o preço determinado pelo poder público e define o valor da operação.

De acordo com o magistrado, o repasse da União às concessionárias não tem “qualquer pertinência com a competência tributária dos estados”. Para o ICMS, importa apenas o valor da operação

Tema 1.113

[José Higídio](#)

é repórter da revista **Consultor Jurídico**.

VER COMENTÁRIOS

Tags: **ICMS** **STF** **subvenção de energia elétrica**



compartilhe

Digite seu e-mail

RECEBER



Encontrou um erro? [Avise nossa equipe!](#)

Leia também



REPERCUSSÃO GERAL

STF discutirá incidência de ICMS sobre subvenção de energia elétrica



CONTROVÉRSIA

GENERALIZADA

TJ-RJ suspende ações sobre incidência de ICMS nas tarifas de energia



PALAVRAS DO LEÃO

Juiz afasta tributos sobre subsídios e subvenções de concessionária



OPINIÃO

Leonardo Battila: ICMS e subvenção econômica de energia elétrica



PERDA DE R\$ 70

MILHÕES

TJ-MT mantém cobrança de ICM! sobre tarifas de energia elétrica



TARIFA SOCIAL

Lula sanciona gratuidade em conta de luz a famílias de baixa renda



quinta-feira
15 de janeiro de 2026

Consultor Jurídico

Pesquisar





Consultor Jurídico 2026. Todos os direitos reservados.
Rua Wisard, 23 – Vila Madalena - São Paulo/ SP - CEP: 05434-080

ISSN 1809-2829

www.conjur.com.br

